

Veloso afirma que não pagou, Bargas diz que nada sabia

Na CPI dos Sanguessugas, Expedito Veloso e Oswaldo Bargas negaram participação na tentativa de compra de dossiê contra o PSDB. O

presidente da CPI, Antonio Carlos Biscaia, disse que foi detectado o envolvimento de 600 prefeituras com a máfia das ambulâncias. **Página 4**



Genádio Magela



Célio Azevedo

Biscaia (E) e Amir Lando acompanham depoimento de Oswaldo Bargas na CPI, que também ouviu Expedito Veloso

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.501 – Brasília, quinta-feira, 23 de novembro de 2006

J. Freitas



O ator Marcos Frota (E) também dá aulas de circo a crianças em situação de risco

Marcos Frota comanda espetáculo *Somos Todos Brasileiros, no Senado*

Grupos artísticos apresentaram-se ontem no Auditório Petrônio Portella, do Senado, dentro da 2ª Semana de

Valorização da Pessoa com Deficiência. Na biblioteca, foi inaugurada a Sala de Acessibilidade. **Página 5**

TV Senado chega a Salvador em canal aberto

Em solenidade iniciada com música de Dorival Caymmi, a TV Senado inaugurou ontem o canal 53 (UHF), de transmissão aberta para Salvador. O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou o início de um processo que garantirá o acesso gratuito da TV Senado a todo o país. **Página 5**

Música no ensino fundamental

Subcomissão do Senado decide propor o ensino da música como disciplina obrigatória. **Página 3**

Crítica à gestão de recursos do FGTS

Roberto Cavalcanti aponta falta de transparência na aplicação dos recursos do fundo. **Página 8**

Paim cobra Estatuto da Igualdade Racial

Paulo Paim apela aos deputados para que votem projetos que combatem a discriminação racial. **Página 7**

Normas rígidas para desmonte de carros

Comissão de Justiça acolhe projeto que obriga ferros-velhos a informarem entrada de veículos na oficina. Também é aprovada indenização da União a vítimas da talidomida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem proposta de Romeu Tuma que determina normas mais rígidas para autorização de funcionamento de estabelecimentos comerciais que se destinem a desmonte de carros e venda de peças e sucatas.

Proposta de Tião Viana que obriga

a União a indenizar vítimas do uso da talidomida também foi acolhida pela comissão, assim como projeto de Alvaro Dias que garante maior proteção a vítimas e testemunhas de crimes como assassinato e roubo. Essas matérias poderão seguir diretamente para o exame da Câmara dos Deputados. **Página 3**



Romero Jucá (E) e Antonio Carlos Magalhães, presidente da CCJ, na reunião em que foram votadas diversas matérias

Célio Azevedo

Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Sérgio Zambiasi celebra instalação do órgão em dezembro

Zambiasi: Uruguai aprova Parlamento do Mercosul

A aprovação, pela Câmara de Deputados do Uruguai, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul foi celebrada, ontem, pelo presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). A decisão uruguaia permitirá, a seu ver, que o novo parlamento seja instalado – como havia sido previsto – ainda durante a presidência brasileira do bloco.

– Esta foi uma grande vitória, que nos permite avançar para a instalação desse espaço da cidadania mercosulina – disse.

O protocolo já havia sido aprovado pelo Senado do Uruguai e pelos congressos nacionais da Argentina, Brasil e Paraguai. A votação na Câmara uruguaia era a



Sérgio Zambiasi: protocolo já havia sido aprovado por Argentina, Brasil e Paraguai

última que faltava para que a proposta pudesse entrar em vigor.

A sessão inaugural do novo parlamento deve ocorrer em Brasília, em 14 de dezembro. As sessões regulares provavelmente terão início a partir de março ou abril, em Montevideu, que será a sede do parlamento.

Renan anuncia votações no Senado e no Congresso na próxima terça

Durante a sessão plenária de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou, em acordo com os líderes partidários, a votação de matérias da pauta de deliberações do Senado para as 15h da próxima terça-feira, e do Congresso Nacional para as 19h do mesmo dia.

No Senado, ficou acordado que, além de outras matérias de consenso, serão votadas duas medidas

provisórias (MPs 314 e 315). Para a sessão do Congresso, os principais itens a serem apreciados são dois créditos suplementares cuja aprovação é necessária para que sejam sancionados os projetos de lei que reestruturaram a carreira dos servidores do Judiciário e do Ministério Público da União e concederam 15% de aumento aos servidores do Tribunal de Contas da União.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx



MP na pauta do Plenário

O Plenário do Senado realiza sessão às 14h. O primeiro item da pauta, com prioridade sobre as demais matérias, é a medida provisória que

abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes e do Desenvolvimento Agrário (MP 314/06).

Relações Exteriores examina indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30 para votar a indicação da embaixadora do Brasil no Senegal, Kátia Godinho Gilaberte, para exercer, cumulativamente, o cargo na Mauritânia. Também estão em pauta as indicações dos diplomatas

Bernardo Pericás Neto para as embaixadas de Cuba e de Antígua e Barbuda; Regis Arslanian, como delegado permanente do Brasil junto à Associação Americana de Integração e ao Mercosul; e João Inácio Oswald Padilha para a Embaixada do Brasil em Botsuana.



Conselho de Ética pode votar relatórios de processos contra senadores

Às 10h, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado realiza reunião para apresentação do relatório de Paulo Octávio (PFL-DF) – foto – sobre o processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Às 12h, o colegiado vota o relatório de Demostenes Torres



(PFL-GO) sobre o processo contra o senador Magno Malta (PL-ES), também acusado de quebra de decoro parlamentar. O conselho volta a se reunir às 14h para decidir a respeito do relatório apresentado por Jefferson Péres (PDT-AM) sobre o processo disciplinar movido contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

CPI dos Sanguessugas toma depoimento de Abel Pereira

A CPI dos Sanguessugas realiza reunião hoje, às 10h, para ouvir o depoimento do empresário Abel Pereira, acusado de intermediar negociação de informações, em nome do PSDB, com Luiz Antônio Vedoin, chefe da máfia das ambulâncias.



Pessoas com deficiência

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), reúnem-se, a partir das 10h, para discutir a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Debate com artistas

Às 20h, o apresentador Dudu Braga coordena *talk show* reunindo parlamentares, artistas – Isabel Fillardis, Marcos Frota, Maurício de Souza e o músico Marcelo Yuka – e representantes de entidades de defesa da pessoa com deficiência. O encontro, no Auditório Petrônio Portella, do Senado, integra a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Osmar Dias, Mão Santa, Luiz Otávio, Juvêncio da Fonseca, João Batista Motta e Maguito Vilela

Proposta de Tuma – que busca dar maior eficiência ao combate de roubos, furtos e fraudes de veículos e peças – segue agora para a análise da Câmara dos Deputados

Aprovadas normas mais rígidas para desmonte de carros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que prescreve normas mais rígidas para autorização de funcionamento de estabelecimentos comerciais que se destinem a desmonte de carros e venda de peças e sucatas. A matéria vai agora para análise da Câmara.

Entre as inovações do projeto (PLS 372/05) está a que obriga os ferros-velhos a informarem aos órgãos de trânsito a entrada dos veículos na oficina e a emitirem a nota fiscal tão logo o carro a ser desmontado seja adquirido. A proposta também cria um banco de dados para combater com mais eficiência roubos, furtos e fraudes de peças e veículos. Pelo sistema,



Antonio Carlos Magalhães (D) preside sessão que acatou projeto em decisão terminativa

os departamentos de trânsito (Detrans) poderão controlar informações relativas à origem das peças, ao número de notas fiscais e à quantidade de peças aproveitadas pelos ferros-velhos.

Tuma – que presidiu a CPI do Desmanche – disse acreditar

que a proposta, caso venha a ser transformada em lei, também fará com que vários estabelecimentos comerciais do ramo passem da clandestinidade para a atividade lícita, gerando empregos e estimulando o comércio legal de peças usadas.

Proposta indeniza vítima de talidomida por danos morais

Proposta de Tião Viana (PT-AC) que obriga a União a conceder indenização de pelo menos R\$ 25.725 por dano moral às pessoas com deficiência decorrente do uso da talidomida (PLS 156/06) também foi aprovada ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. O remédio, que era receitado para aliviar náuseas em gestantes, foi retirado do mercado brasileiro em 1965, porque causava malformações fetais.

Na mesma reunião foi aprovado o PLS 137/05, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que estabelece que os templos ou organizações religiosas sejam isentos da exigência, prevista no Estatuto das Cidades, de estudo prévio de impacto de vizinhança. Foi acatado ainda projeto oriundo da Câmara (PLC 46/06) que altera vários institutos jurídicos sobre arrendamento rural, parceria agrícola e pecuária agroindustrial e extrativa previstos no Estatuto da Terra. A matéria segue para a Comissão de Agricultura (CRA).

Proteção para vítimas e testemunhas de crimes

Vítimas e testemunhas de crimes como assassinato e roubo passarão a ter maior proteção, podendo, se desejarem, não depor na presença do acusado, e prestar depoimento encapuzadas ou usando microfones com modificador de voz. A medida, prevista em projeto (PLS 173/01) de Alvaro Dias (PSDB-PR), foi aprovada ontem, em decisão terminativa, também na reunião da CCJ, presidida por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

As vítimas e testemunhas também terão o direito de manter em sigilo os seus endereços, que não poderão constar dos inquéritos e dos processos judiciais, e a ficar em uma sala separada da do acusado enquanto estiverem à disposição do juiz.

A CCJ ainda aprovou outro projeto de Alvaro (PLS 2/05), que prevê a suspensão do prazo prescricional até a satisfação da composição dos danos pelo réu e o restabelecimento do direito de ação em caso de descumprimento da transação penal.

Projeto cria contribuição para financiar negociação coletiva

Projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que trata da contribuição assistencial destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais será discutido em audiência pública pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no dia 30 deste mês. O projeto (PLS 248/06), que está tramitando na CAS, tem como

relator o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

A comissão também aprovou ontem requerimento de Paim propondo a realização de audiência pública para debater a situação do Aerus Instituto de Seguridade Social, fundo de pensão de aeronautas. A data da audiência ainda será marcada.

Deverão participar do debate

no colegiado representantes do Aerus, da Varig e do Sindicato Nacional dos Aeronautas. O fundo de pensão, criado em 20 de outubro de 1982, reúne empresas patrocinadoras ligadas ao setor aéreo.

A CAS aprovou outro requerimento de Paim para uma audiência pública sobre a jornada de trabalho dos farmacêuticos.



Saturnino (terceiro à dir.) comanda a audiência pública com a presença de especialistas

Música poderá tornar-se disciplina obrigatória no ensino fundamental

O ensino da Música como disciplina obrigatória no currículo das escolas brasileiras será proposto pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à Comissão de Educação (CE) do Senado. A sugestão foi feita ontem pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), após a subcomissão ouvir cinco especialistas na área sobre a importância da educação musical para o desenvolvimento do ser humano em todos os sentidos.

– Apelo para que o Cristovam seja o responsável pela produção desse projeto em nome da comissão, com base no que foi discutido aqui – pediu Saturnino ao colega e ex-ministro da Educação, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ao final da audiência pública que presidiu com a finalidade de debater a inclusão da Música como disciplina obrigatória.

Na reunião, Cristovam classificou a educação musical como fundamental para que as pessoas possam melhor desenvolver aptidões em outras áreas.

Para Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), depois que o projeto estiver pronto, é preciso convocar novamente o grupo de especialistas que esteve na audiência pública para dar os últimos retoques na proposta.

Roberto Saturnino lembrou aos participantes da audiência que a CE aprovou recentemente projeto de lei que institui no Brasil

a educação em tempo integral – proposta que, no entendimento não só dos senadores, mas também de vários expositores, é necessária antes de se incluir a Música no currículo escolar a fim de não causar prejuízo às outras disciplinas.

O coordenador do Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música, Felipe Radicetti, entregou à subcomissão o “Manifesto pela implantação do ensino de música nas escolas”, assinado por 1.100 pessoas de diversos setores, apoiando a iniciativa.

Participaram ainda da reunião a professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Liane Hentschke; o professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo; o músico e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Turíbio Santos; e o compositor e diretor da Sala Cecília Meirelles, no Rio de Janeiro (RJ), João Guilherme Ripper. Também discutiu o assunto o ex-ministro da Educação e integrante do Conselho Nacional de Educação Murílio Hingel, que representou o ministro Fernando Haddad.

Hingel afirmou que o projeto só será possível com o ensino em tempo integral. Ele observou que a carga horária das escolas brasileiras já é uma das menores do mundo, ocasionando, em consequência, resultados lamentáveis nos sistemas de avaliação.



Valadares, entre Romero Jucá e Patrícia Saboya, dirige a reunião da CAS

Presidente da CPI disse que veículos eram entregues a preços superfaturados e pagos principalmente à Planam, com recursos de emendas ao Orçamento

Biscaia: 600 prefeituras estavam ligadas à máfia das ambulâncias

O deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), presidente da CPI dos Sanguessugas, disse ontem que até o momento foi detectado o envolvimento de cerca de 600 prefeituras com a máfia das ambulâncias. Os veículos eram entregues a preços superfaturados e pagos principalmente à empresa Planam com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento.

– Irei à Controladoria Geral da União para obter mais infor-

mações sobre a participação das prefeituras nas fraudes.

Biscaia falou também a respeito da suspeita que paira sobre a conduta do ex-ministro da Saúde Barjas Negri, em cuja gestão (2002), no governo Fernando Henrique, a Planam teria entregue ambulâncias no valor de R\$ 8 milhões a prefeituras, sem exigência de pagamento.

O empresário Abel Pereira, ex-assessor de Barjas Negri, será

ouvido a partir das 10h de hoje pela CPI. Ele é acusado de receber propina do esquema.

O ex-policial federal Gedimar Pereira Passos, envolvido no escândalo do dossiê antitucano, prestará depoimento na tarde de terça-feira. Segundo o presidente da comissão, na manhã do mesmo dia será ouvido o ex-assessor da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo de São Paulo, Hamilton Lacerda.



Valdir Raupp (ao fundo), relator da proposta orçamentária, participa de reunião da CMO

Acordo sobre mudança no rito do Orçamento pode destravar votação

Depois de sete meses sem votações, por obstrução do deputado Ricardo Barros (PP-PR), o Congresso Nacional poderá se reunir nos próximos dias para examinar o projeto de resolução que muda o rito de tramitação do Orçamento da União, permitindo maior transparência na apresentação e discussão de emendas parlamentares.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), está fechando um acordo com o deputado, autor do projeto

(PRN 02/05). Ricardo Barros vem exigindo desde abril que o Congresso dê prioridade à sua proposta, sob ameaça de impedir as reuniões, com pedidos de verificação de quórum.

Jucá informou que o projeto receberá algumas mudanças, em comum acordo com o autor, mas serão mantidos quase todos os artigos. Conforme o senador, o projeto cortará mesmo pela metade o número de deputados e senadores que hoje integram a Comissão Mista de Orçamento.

Gilmar defende reajuste a servidor e mínimo de pelo menos R\$ 375

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Gilmar Machado (PT-MG), informou que a fixação de um reajuste para os salários dos servidores consta das prioridades referentes à proposta orçamentária para 2007. Ele diz que, em atuação conjunta com o relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), trabalha para que as modificações ao projeto contemplem ainda uma revisão da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e a concessão de um salário mínimo

de pelo menos R\$ 375.

Dois desses pontos já tiveram sinais em contrário do governo. Em relação ao salário mínimo, a CMO recebeu ofício com indicação de que o valor seja reduzido para R\$ 365, em razão da reestimativa da baixa taxa de crescimento econômico. Sobre o IRPF, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, tem manifestado sua oposição por meio da imprensa. Quanto aos servidores, a proposta enviada ao Congresso veio sem previsão de reajuste geral.

Comissões aprovam emendas que deverão apresentar à CMO

Diversas comissões permanentes do Senado Federal aprovaram ontem as cinco emendas que cada uma tem direito de apresentar ao projeto de lei orçamentária de 2007, e que serão examinadas pela Comissão Mista de Orçamento.

As comissões que deliberaram sobre as emendas foram as de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação (CE), Assuntos Sociais (CAS), Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA),

Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Assuntos Econômicos (CAE) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O objetivo das dotações sugeridas pelos colegiados é a realização ou melhoria de empreendimentos e serviços na área de sua competência. São contemplados com verbas serviços como modernização de instalações da Justiça, bibliotecas públicas, programas de atendimento a vítimas de violência sexual e incentivo a pesquisa.



Na mesa da CPI dos Sanguessugas, os deputados Jungmann e Biscaia, e o senador Amir Lando ouvem o depoimento de Expedito Veloso

Expedito: dossiê seria pago com “serviços jurídicos”

Em depoimento na CPI dos Sanguessugas, o ex-diretor de Gestão de Risco do Banco do Brasil Expedito Veloso afirmou ontem que sua participação na negociação de um dossiê que seria usado contra candidatos do PSDB limitou-se a uma questão técnica: verificar a veracidade dos documentos apresentados pelos sócios-proprietários da Planam, Luiz Antônio e Darci Vedoin.

Expedito contou que, na primeira negociação, os Vedoin teriam pedido R\$ 20 milhões

para a entrega do dossiê e para conceder uma entrevista a uma revista semanal. Mas, segundo Veloso, o ex-coordenador de Risco e Mídia da campanha de Lula, Jorge Lorenzetti, desde a primeira reunião, ofereceu apenas dar “apoio jurídico” aos Vedoin quando fosse tornar público o conteúdo do material.

O ex-diretor do BB informou que os documentos negociados pelos Vedoin eram 15 cheques, que seriam usados para “pagar restos de campanha presidencial

de José Serra em 2002”, cerca de 20 comprovações de transferências bancárias no valor total de R\$ 1,5 milhão, um DVD e fotos.

Um dos sub-relatores da CPI, deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), considerou “inverossímil” o depoimento de Expedito, e apontou inconsistências como a falta de explicação do motivo pelo qual as reuniões entre representantes do PT e os Vedoin teriam continuado depois de ter ficado claro que não haveria pagamento pelas informações.

Bargas diz que nunca viu documentos contra tucanos

O ex-secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Oswaldo Bargas disse ontem à CPI dos Sanguessugas que não sabia estar envolvido na compra de um dossiê antitucano.

Bargas afirmou que teve apenas uma participação secundária

ao intermediar, em Cuiabá, a entrevista que Luiz Antonio Vedoin e seu filho concederam à revista *IstoÉ*, trazendo revelações sobre a “máfia das ambulâncias”. Segundo Bargas, foi Jorge Lo-



Bargas (D) garante que só acompanhou os Vedoin em entrevista

renzetti, então coordenador de Risco e Mídia da campanha de Lula, quem pediu a ele que acompanhasse o encontro dos Vedoin com o jornalista.

– Nunca vi dossiê, nunca vi fita de

vídeo nenhuma. Eu estava à disposição do que me pediam, pois estava trabalhando na campanha. Os Vedoin queriam que a entrevista mostrasse que eles queriam colaborar com as investigações.

O vice-presidente da CPI, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), disse ter ficado surpreso com os depoimentos de ontem.

– Tal quantidade de cinismo dói no estômago. Fica óbvio que eles formavam uma quadrilha estável e experiente e entraram em acordo para montar essa versão – disse.

Gerardo Magalhães



Solenidade reuniu senadores, diretores e servidores da Casa

Renan inaugura TV Senado em canal aberto em Salvador

“Você já foi à Bahia? Não? Então vá!”: a TV Senado foi e inaugurou ontem o canal 53 (UHF), de transmissão aberta para Salvador, em solenidade iniciada com a música de Dorival Caymmi, no gabinete da Presidência do Senado.

Na ocasião, o presidente da Casa, Renan Calheiros, frisou que esta é apenas a primeira capital estadual de um processo

que levará o acesso gratuito à televisão da Casa para todo o país, com concessão já autorizada para outras 13 capitais até 2007.

Renan Calheiros salientou a importância da gestão dos senadores José Sarney (PMDB-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para a consolidação dos veículos de comunicação institucional da Casa – Agência Senado, **Jornal do Senado**, Rá-

dio Senado e TV Senado.

Presente à cerimônia, Antonio Carlos Magalhães comemorou a escolha de Salvador para estrear, depois de Brasília, a transmissão em UHF, lembrando que a cidade foi a primeira capital do Brasil. O senador destacou a importância da TV Senado para o fortalecimento da democracia brasileira e da soberania do Poder Legislativo.

Paralamas cantam em evento dedicado à pessoa com deficiência

Em espetáculo vibrante, Herbert Viana, João Barone e Bi Ribeiro, integrantes dos Paralamas do Sucesso, fizeram uma apresentação especial na noite de terça-feira para representantes de instituições públicas e entidades não-governamentais relacionadas com as questões de interesse das pessoas com deficiência. O evento integra a programação da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência e foi dedicado à memória do senador Ramez Tebet.

Na abertura do espetáculo, o ator Marcos Frota levou a platéia a uma reflexão a respeito do tema da campanha. Para o ator, encerrar o ano dessa forma é um “golgo que o Senado marca”. Em sua opinião, nenhum povo tem a intimidade com Deus que o Brasil possui. Ele destacou que “acolher os irmãos diferentes pode nos enriquecer espiritualmente”.

Herbert Viana, que em 2001

ficou paraplégico depois de um acidente de ultraleve, no Rio de Janeiro, declarou que se sentia honrado e feliz por participar do evento e conclamou a platéia, composta de muitas pessoas com deficiência, a “abrir os olhos do país e fazer com que cada degrau do mundo seja menos para quem está na batalha”.

Os organizadores da semana providenciaram a colocação de uma rampa de acesso do camarim até o palco para permitir que o músico pudesse deslizar com sua cadeira de rodas sem problemas. A iniciativa faz parte do trabalho do Senado de adaptar a Casa para receber pessoas com dificuldade de locomoção.

O *show*, realizado no Auditório Petrônio Portella, contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, do ministro das Comunicações, Hélio Costa, e do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima.

Jornal do Senado e Rádio Senado lançam cartilha sobre o Orçamento

O **Jornal do Senado** e a Rádio Senado lançam, em parceria, uma cartilha em áudio sobre o Orçamento da União com o objetivo de tornar o tema acessível às pessoas com deficiência visual, baixa visão ou dificuldade de leitura.

O lançamento se dará durante a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado com apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e de outras instituições. O trabalho integra a exposição “Todo Mundo”, que acontece até domingo no Salão Negro do Congresso.

Cerca de 300 cópias do CD serão enviadas para escolas, organizações e empresas que trabalham com o público alvo do material. O conteúdo também estará disponível para cópia (*do-*

wnload) em formato mp3 no site da Rádio Senado (www.senado.gov.br/radio).

O CD é uma adaptação da cartilha produzida pelo **Jornal do Senado**, com revisão técnica da Consultoria de Orçamento da Casa. Versão em PDF também está disponível para consulta ou cópia no site do jornal, no endereço www.senado.gov.br/jornal.

O conteúdo da cartilha foi dividido em três partes: “Limitando o poder de cobrar tributos”, que traz a história e a evolução das leis orçamentárias; “Orçamento: como é elaborado”, que leva o ouvinte pelos meandros da discussão do tema; e “Aprenda a fiscalizar os gastos públicos”, um roteiro com as melhores formas de acompanhar a execução das despesas públicas.

Somos Todos Brasileiros anima programação da semana

Apresentação do projeto circense comandado por Marcos Frota, e de grupos de música, dança e capoeira com integrantes com deficiência mostra trabalhos de inclusão pela arte

Grupos artísticos de pessoas com deficiência apresentaram-se ontem, no Auditório Petrônio Portella do Senado, no espetáculo *Somos Todos Brasileiros*. O *show*, parte da programação da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, foi apresentado pelo ator Marcos Frota, que comanda a Unicirco, projeto que dá aulas de circo a crianças em situação de risco social e a pessoas com deficiência.

O espetáculo começou com apresentação do Coral do Senado e seguiu com *performance* de *street dance* do grupo Improviso de Rua, com Rafael Nascimento da Cruz, paraplégico. Apresentaram-se em seguida os grupos brasilienses Eu Danço, formado por portadores de síndrome de Down; Águia Dourada, grupo de capoeira que trabalha com pessoas com deficiência; e Surdodum, banda composta em sua maioria por deficientes auditivos.

O *show* foi recheado de depoimentos de deficientes, como Rodrigo Marinho, portador de síndrome de Down que é secretário parlamentar do deputado Eduardo Barbosa. Também foi apresentado o projeto Cão-Guia, da ONG Integra, que adota cães para a condução de deficientes visuais. Estiveram presentes ao evento os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

O espetáculo se encerrou com apresentações musicais da banda do colégio Marista – parceiro de Frota no projeto “Um mundo melhor é possível” – e da banda Toque Especial, de Brasília, composta em sua maioria por deficientes mentais.

– Aqui é o palco dos que não têm palco. O deficiente que não se expõe não se impõe – destacou Marcos Frota.



Exibição da banda Toque Especial, cuja maioria dos integrantes possui deficiência

Biblioteca do Senado inaugura Sala de Acessibilidade

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, inaugurou ontem sua Sala de Acessibilidade, com equipamentos e programas digitais que possibilitarão o acesso de deficientes ao acervo da instituição. A inauguração faz parte da programação da 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

A diretora da Secretaria de Biblioteca, Simone Vieira, informou que 10% dos documentos da biblioteca já estão em formato digital, que poderão ser acessados também pela internet. Segundo a diretora, a intenção é que a Casa produza mais de 3 milhões de páginas em português para serem

divulgadas na rede.

– A inauguração da Sala de Acessibilidade, além possibilitar que todos tenham acesso ao acervo do Senado, irá promover o aumento do número de documentos em idioma português na internet – acrescentou a diretora.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, agradeceu a presença dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e a contribuição dos parlamentares ao programa de acessibilidade da Casa.

Paulo Paim também lembrou a participação de diversos parla-

mentares na luta para que os lugares e os meios de comunicação sejam acessíveis às pessoas com deficiência, e prestou uma homenagem a todos os presidentes da Casa e ao senador Flávio Arns (PT-PR), relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

– O Senado é uma instituição modelo quanto à acessibilidade. A luta dos parlamentares pela causa mostra que nesta instituição está presente a cidadania – assinalou.

O evento foi encerrado com uma demonstração dos programas que estarão disponíveis na nova sala da biblioteca e com a exposição dos trabalhos da artista plástica Cristina Portela.

Márcia Kalume

Jereissati: decisão da Petrobras pode inviabilizar siderúrgica no CE

Tasso Jereissati (PSDB-CE) protestou ontem em Plenário contra uma decisão anunciada pela Petrobras de rever os preços de fornecimento de gás natural para o funcionamento de um complexo siderúrgico em construção no Ceará.

O senador disse que a construção da usina siderúrgica, por ter sido utilizada pelo presidente Lula na campanha eleitoral e pelo significativo impacto no desenvolvimento econômico de seu estado, não poderia ser inviabilizada por razões de retorno financeiro negativo como as alegadas pela Petrobras, devido ao aumento do preço do gás importado da Bolívia.

– Acabo de receber a notícia de que o presidente da Petrobras, Sergio Gabrielli, comunicou a consórcio italiano-coreano que estava cancelando



Jereissati cobra explicações da direção da estatal sobre quebra de contrato

lando o contrato da construção dessa siderúrgica, anunciada pelo presidente da República como obra fundamental de seu governo – afirmou.

Durante o pronunciamento de Jereissati, Eduardo Suplicy (PT-SP) entrou em contato com a direção da estatal e informou que a decisão ainda não é definitiva e que novas negociações deverão ser feitas com os investidores estrangeiros.

Para ACM, governo não consegue solucionar crise no setor aéreo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em pronunciamento feito ontem, afirmou que os depoimentos prestados na terça-feira pelo comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, e pelo ministro da Defesa, Waldir Pires, em audiência pública promovida por três comissões do Senado, demonstraram “a incapacidade do governo para conter a grave crise do espaço aéreo nacional”.

Outro assunto abordado por Antonio Carlos em seu discurso foi a entrevista concedida pelo presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, ao jornal *O Globo*, sobre denúncias de que a estatal teria repassado R\$ 31 milhões para projetos de organizações



Antonio Carlos critica repasses de recursos feitos pela Petrobras a ONGs

não-governamentais (ONGs) ligadas ao PT e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O parlamentar pela Bahia criticou o fato de que Sérgio Gabrielli teria considerado o montante como pouco significativo diante do orçamento da empresa, que é de R\$ 22,6 bilhões.

Pesar pela morte do economista Antônio Maria da Silveira

O Plenário aprovou voto de pesar pelo falecimento do economista Antônio Maria da Silveira, que morreu ontem, no Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro. Também será inserido em ata voto de pesar pela morte do vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1976, o americano Milton Friedman. As homenagens foram propostas por Eduardo Suplicy (PT-SP).



Suplicy também propôs voto de pesar pelo falecimento de Milton Friedman

Senador lembra que, dois anos após escândalo de corrupção envolvendo o assessor da Casa Civil da Presidência Waldomiro Diniz, ninguém foi levado aos tribunais

Almeida Lima critica Justiça por não julgar acusados de corrupção

Almeida Lima (PMDB-SE) criticou a atuação do Judiciário, que, passados dois anos dos primeiros escândalos de corrupção no governo Lula – caso Waldomiro Diniz, que culminou na demissão do então ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu –, não levou nenhum dos envolvidos a julgamento, apesar das denúncias movidas pelo Ministério Público.

O senador lembrou que, em fevereiro de 2004, foi divulgada fita de vídeo, gravada pelo empresário do ramo de jogos eletrônicos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, em que Waldomiro aparece extorquindo o empresário para arrecadar fundos para a campanha eleitoral do PT e do PSB no Rio de Janeiro.



Inércia do Judiciário tem causado prejuízo moral aos jovens, afirma Almeida Lima

– Confissões ao vivo nas CPIs, em redes de televisão, a escandalizar toda a sociedade; confissões na Polícia Federal; denúncias apresentadas pelo Ministério Público ao Poder Judiciário e, este,

completamente inerte – criticou.

O senador culpou o Judiciário pelo prejuízo moral causado aos jovens brasileiros que “não enxergam mais na dignidade valor de referência moral”, devido à impunidade. Ele citou matérias da *Folha de S. Paulo* denunciando que congresso da Associação dos Magistrados Brasileiros teria sido custeado por empresas privadas e que a Federação Brasileira de Bancos teria financiado encontro de magistrados em *resort*. Esses fatos, disse, caracterizariam uma “relação promíscua” entre o Judiciário e empresas privadas.

Almeida Lima afirmou ainda de ter alertado, em julho deste ano, para a situação de descontrole nos aeroportos brasileiros.

Ideli elogia Lula por busca de coalizão partidária

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), desejou sucesso ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua tentativa de formar uma coalizão partidária que lhe dê sustentação no Congresso e garanta a governabilidade em seu segundo mandato. A senadora observou que essa iniciativa seria um “salto de qualidade” nas relações entre o Executivo e o Legislativo.

– Até mesmo para não repetir velhos erros e evitar que determinadas situações voltem a ocorrer – assinalou.

Ideli afirmou que o presidente, ao conversar institucionalmente com os partidos, está decidido a buscar mudança na prática políti-



Ideli destaca “salto de qualidade” nas relações entre Executivo e Legislativo

ca. De acordo com a parlamentar, Lula quer primeiro conseguir uma coalizão em que haja compartilhamento de compromissos e de responsabilidades, para então resolver sobre a divisão de espaços dentro do governo.

Heráclito ressalta disposição para o diálogo manifestada pelo governo

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse esperar que o pronunciamento feito pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), realmente reflita a disposição prometida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de organizar uma coalizão partidária e um grande diálogo institucional entre Executivo e Legislativo durante o segundo mandato.

O senador elogiou o discurso da colega e afirmou que ela agora tem a responsabilidade de se em-

penhar na questão. Observou que a busca de uma base de sustentação por parte do governo federal não deve ser remetida ao “campo da barganha”, com distribuição de cargos públicos.

Heráclito disse estar depositando um voto de confiança na líder do PT. De acordo com ele, governantes e parlamentares brasileiros devem priorizar a administração pública e os interesses nacionais e estaduais.

O parlamentar comentou ainda

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo disse, em aparte, que está torcendo para que haja maturidade política para levar adiante a coalizão.

Celso Daniel

Ideli criticou o pequeno destaque dado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e pelo portal *Folha Online* à notícia da inexistência de motivação política no assassinato do prefeito da cidade de Santo André (SP), Celso Daniel. A senadora cobrou “um mínimo de destaque” para a conclusão do inquérito, uma vez que o assunto teria sido, segundo ela, fartamente utilizado para tentar criminalizar o PT durante a campanha eleitoral.



Heráclito disse depositar voto de confiança na líder do PT, Ideli Salvatti

a respeito dos acontecimentos enfrentados pela aviação comercial brasileira. Em sua opinião, o governo federal não está sabendo resolver com eficiência os problemas do setor.

Osmar Dias pede investimentos no seguro rural e em sanidade animal

Osmar Dias (PDT-PR) voltou a alertar, ontem, o governo Lula para o risco de prejuízos futuros do setor agropecuário brasileiro no mercado internacional pela insuficiência de investimentos federais em seguro rural e sanidade animal. O parlamentar classificou como “brincadeira” o aporte de R\$ 45 milhões para

o fundo de seguro rural, criado em 2003 para cobrir prejuízos na agricultura decorrentes de catástrofes climáticas.

Conforme o senador, a falta de suporte financeiro para o fundo rural tem desestimulado as seguradoras brasileiras e estrangeiras a dar garantias aos investimentos dos produtores na safra. Osmar

Dias lamentou o suposto descaso do governo federal para com um setor que contribui com US\$ 30 bilhões para o saldo da balança comercial.

Em relação à área de sanidade animal, o senador afirmou que a previsão orçamentária para 2007 não dá para cobrir 30% das necessidades do setor. Segundo

informou, não há um veterinário sequer nas fronteiras de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e do Paraná com a Argentina. Seu temor é de que, pelas fronteiras desprotegidas, possa entrar no país uma doença de extrema gravidade que contamine o plantel de aves e suínos e coloque em risco dois milhões de empregos.



Roosevelt Pinheiro

Aporte de R\$ 45 milhões para fundo rural é considerado “brincadeira” por Osmar Dias



Alvaro Dias: denúncias sobre irregularidades chegam de todo o país

Alvaro pode pedir CPI sobre operação tapa-buracos

Alvaro Dias (PSDB-PR) informou ontem que poderá apresentar, na próxima legislatura, requerimento para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a operação tapa-buracos, feita emergencialmente pelo governo Lula para recuperar estradas federais.

Ele explicou que, após apresentar requerimento solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma auditoria nos contratos firmados sem licitação para a operação tapa-buracos no Paraná, recebeu tantas denúncias de todo o país que pode pedir uma CPI.

Alvaro também solicitou inserção nos Anais do Senado da coluna do jornalista Sebastião Nery publicada ontem na *Tribuna da Imprensa*, que anuncia novo escândalo envolvendo a Petrobras e o PT. Intitulado “A nova classe na Federação Única dos Petroleiros (FUP), filiada à CUT e comandada por integrantes do PT, propôs à direção da estatal a redução salarial dos aposentados.

Paim cobra da Câmara aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

Autor da proposta já votada pelo Senado, parlamentar afirma que Brasil continua a ser um país racista e lê manchetes de jornais sobre o aumento da violência contra os negros

Constará nos Anais do Senado voto de louvor a Zumbi dos Palmares, proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) em reconhecimento à luta de Zumbi contra a escravidão. Ao encaminhar o requerimento, Paim leu manchetes sobre o recrudescimento da violência contra os negros e as desigualdades raciais constatadas no Brasil, e cobrou da Câmara dos Deputados a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

– Que adversário invisível é esse que não permite que a Câmara aprove o Estatuto da Igualdade Racial? A matéria foi aprovada no Senado por unanimidade, com relatório feito por PFL e apoio do



Gerardo Mangel

Paulo Paim pede inserção nos Anais da Casa de um voto de louvor a Zumbi

governo, do PSDB, do PT, do PP e de todos os partidos. O estatuto não engessa nada. É quase uma carta de intenções sobre a política de inclusão e o combate ao racis-

mo e ao preconceito. Nem sequer a política das cotas nas universidades é tratada no projeto.

Na avaliação do senador, o Brasil continua a ser um país racista e preconceituoso. Ele registrou que o *Jornal da Globo* exibido na noite de terça-feira informou que grupos racistas estão crescendo no Rio de Janeiro e em São Paulo e ampliando a perseguição a negros e homossexuais. Paim pediu ao presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que coloque em votação o Estatuto da Igualdade Racial “para que cada deputado possa assumir o seu preconceito, se é que esse preconceito existe”.

Suassuna condena tratamento a cooperativas do NE

Ney Suassuna (PMDB-PB) denunciou ontem, da tribuna, o tratamento desigual dado às cooperativas de energia elétrica dos estados do Sul em detrimento das do Nordeste. As primeiras teriam cerca de 80% de desconto nas tarifas, enquanto as nordestinas seriam obrigadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a “comprar mais caro da concessionária e vender mais barato”.

Segundo Suassuna, as cooperativas de Pernambuco tiveram



Roosevelt Pinheiro

Suassuna diz que entidades do Sul pagam uma tarifa de energia elétrica bem menor

que fechar as portas e as da Paraíba “estão indo pelo mesmo caminho”.

– A Aneel disse às cooperativas do meu estado que estudaria o assunto. Há dois anos, elas esperam uma solução que não vem. Agora, receberam uma proposta de entrega das linhas de transmissão à concessionária por um preço inferior ao estimado pelas cooperativas. Se elas aceitassem, não só continuariam no vermelho, como ficariam sem a área de fornecimento.

Ele destacou que os mais prejudicados por essa situação são os moradores das áreas rurais.



Roosevelt Pinheiro

Jefferson Péres também é contrário ao aumento dos salários dos parlamentares



Efraim nega ter influenciado processo de cassação de vereador paraibano

Efraim Moraes refuta acusação do deputado federal Luiz Couto

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) ocupou a tribuna para refutar as acusações apresentadas contra ele pelo padre e deputado federal Luiz Couto (PT-PB) no Plenário da Câmara. Em discurso feito ontem pela manhã, o deputado acusou Efraim de

ter influenciado o processo de cassação contra o vereador de Santa Luzia (PB) José de Anchieta Lima. Efraim rechaçou a acusação e disse que pode até processar o deputado por quebra do decoro parlamentar.

Segundo o senador, a denúncia

é “totalmente infundada”. No discurso, Luiz Couto afirmou que o juiz Brasilino Leite teria se negado a informar à Câmara de Vereadores que a cassação de Anchieta havia sido suspensa por *habeas corpus* do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Efraim

apresentou à Mesa do Senado cópia do ofício elaborado pelo juiz em 14 de novembro encaminhando ao presidente da Câmara de Vereadores de Santa Luzia e ao juiz eleitoral da comarca a notícia de que o STJ tinha concedido o *habeas corpus*.

Maciel ressalta convenção sobre alterações climáticas no mundo

Marco Maciel (PFL-PE) comentou ontem, em Plenário, a recente realização da Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nairóbi, no Quênia, onde foram analisadas as repercussões das alterações climáticas no planeta sobre a economia mundial e a sobrevivência da Humanidade. O senador considerou emblemática a promoção desse evento na África, continente bastante afetado pela pobreza e pelos efeitos da agressão ao meio ambiente.

Em relação ao Protocolo de Kyoto – acordo internacional destinado a reduzir a poluição atmosférica no planeta –, Marco Maciel observou que os Estados Unidos, a Índia e a China, que



Maciel comenta assuntos discutidos no evento da ONU realizado no Quênia

lideram o ranking dos países poluidores, ainda resistem em ratificá-lo. A Grã-Bretanha, conforme assinalou, teria tratado de diminuir em 30% a emissão de gases, reciclar 75% do lixo e cortar em 20% a produção de detritos até 2020.

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Jucá defende ampliação do Bolsa Família por “caminhos factíveis”

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou sua posição pessoal e a do governo Lula em favor da ampliação do programa Bolsa Família. “Agora, é preciso buscar os caminhos legais factíveis para que o programa possa ser ampliado”, ponderou.

Romero Jucá fez esse esclarecimento um dia após o Plenário do Senado ter aprovado projeto de lei (PLS 262/06) de Efraim Morais (PFL-PB) que concede benefício natalino, equivalente a um 13º salário, às famílias cadastradas no Bolsa Família. Jucá aponta um equívoco legal



Projeto aprovado no Senado conteria equívoco legal, segundo Romero Jucá

no texto. Conforme explicou, proposta que cria despesa continuada para o governo federal deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa do Poder Executivo.

Crivella relata participação no Fórum Interparlamentar das Américas

Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez ontem um breve relato sobre a sua participação na 5ª Assembléia do Fórum Interparlamentar das Américas, ocorrido em Bogotá, capital da Colômbia, nos últimos dias 19 a 21. Ele representou a Casa por indicação do presidente do Senado, Renan Calheiros.

Conforme o senador, os principais temas discutidos por parlamentares das três Américas foram o combate ao narcotráfico; regras mais justas para a integração e o comércio; e a redução da pobreza. Ele também destacou a proposta de criação de um fundo para financiar a troca do cultivo de coca por outro produto que seja até mais rentável.



O combate ao narcotráfico foi um dos principais temas da reunião, diz Crivella

Marcelo Crivella ainda homenageou Ramez Tebet (PMDB-MS), falecido na última sexta-feira, e elogiou a iniciativa do Senado em promover a 2ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Senador afirma que atual modelo de remuneração de trabalhadores que possuem contas no Fundo de Garantia tem lhes trazido graves prejuízos e incentivado a informalidade

Roberto Cavalcanti aponta má gestão de recursos do FGTS

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) criticou ontem a gestão dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Ele salientou que, enquanto a inflação em 2005 ficou em 5,69%, a remuneração dos depósitos do FGTS foi de 5,96%.

– Menos de meio ponto percentual acima da inflação, em forte contraste com a evolução das taxas de administração da Caixa, que foi de 20% – ressaltou.

O senador criticou a remuneração alcançada pela Caixa sobre o que obtiver na aplicação dos recursos do FGTS que fique acima da rentabilidade da poupança. “Esse piso de remuneração, a poupança, é muito baixo, considerando-se as taxas de juros que os grandes aplicadores podem facilmente obter no país”, frisou.

– Em 2004, a Caixa ganhou



Cavalcanti critica Ministério do Trabalho e Caixa por falta de transparência

R\$ 152 milhões com essa taxa de desempenho e, em 2005, R\$ 223 milhões, configurando evolução de 45%. Considerando-se que o trabalhador mal obteve, em 2005, remuneração suficiente para compensar a inflação, não é justo que a Caixa consiga amealhar uma rentabilidade tão expressiva a título de taxa de

desempenho – afirmou.

Para o senador, “não é de se estranhar que o emprego informal no Brasil tenha crescido tanto”.

– Que incentivos o emprego formal tem oferecido ao trabalhador? O FGTS não lhe garante financiamento habitacional e, além disso, lhe dá em troca rentabilidade negativa para um depósito que não pode usufruir.

Cavalcanti criticou o Ministério do Trabalho e Emprego e a Caixa pela falta de transparência na apresentação dos resultados das aplicações dos recursos do fundo, e disse que o Conselho Curador do FGTS não exerce apropriadamente seu papel de canal na defesa dos interesses da sociedade. Para ele, nem o Relatório de Gestão do FGTS do exercício de 2005 foi divulgado no site do ministério.

Mão Santa: situação da saúde no Brasil “está à beira do abismo”

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que a situação da saúde no Brasil está “à beira do abismo”, ao contrário do que declarou Lula quando candidato à Presidência da República. O presidente disse, na ocasião, que o sistema está “à beira da perfeição”.

O senador criticou a redução de R\$ 300 milhões de verbas da saúde no Orçamento de 2007, o que, avalia, vai piorar a situação. Mão Santa apresentou dados de documento da Frente Parlamentar da Saúde, que se reuniu ontem na Câmara dos Deputados para debater a crise dos hospitais. De

acordo com o estudo, 255 hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) encerraram suas atividades em 2005 por falta de recursos.

Ele destacou a atual situação do Instituto do Coração (Incor) de São Paulo, com dívidas de cerca de R\$ 150 milhões, e a dos médicos residentes, atualmente em greve por melhores salários.

O parlamentar anunciou que participará de um bloco de senadores do PMDB que pretendem fazer oposição ao governo no segundo mandato do presidente Lula. O grupo inclui ainda Pedro



Mão Santa anuncia criação de bloco de peemedebistas que farão oposição a Lula

Simon (RS), Almeida Lima (SE), Geraldo Mesquita Júnior (AC), Garibaldi Alves Filho (RN) e os senadores eleitos Joaquim Roriz (DF) e Jarbas Vasconcelos (PE).

Mão Santa comparou o grupo recém-criado ao MDB Autêntico, bloco formado em 1974.

Mozarildo destaca prêmio recebido por Justiça de Roraima

A realização do 19º Congresso Brasileiro de Magistrados, em Curitiba, de 15 a 18 deste mês, foi registrada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Na ocasião, informou, a Justiça de Roraima foi premiada por ser uma das mais fortes do Brasil, embora seja das mais jovens.

O senador relatou que as questões debatidas durante o



Mozarildo registra realização do 19º Congresso Brasileiro de Magistrados

evento foram sintetizadas em forma de compromisso público na “Carta de Curitiba”, aprovada pelos mais de 2 mil juízes presentes na reunião. Mozarildo

destacou, entre os pontos da carta, a necessidade de um Judiciário mais forte, transparente, independente e democrático.

O documento atenta para a indispensabilidade da formulação de políticas públicas que incentivem o emprego formal e a manutenção e o respeito à legislação trabalhista, como fator de desenvolvimento humano e social. Os magistrados salientam ainda a importância do combate à corrupção e à impunidade, e de uma “urgente” reforma das regras eleitorais e de representação.